

São Luís, sexta-feira, 28 de abril de 2023

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
 Exercício de 2022

1-Mensagem da Administração

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras (DF's) da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. ("CIMAR" ou "Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. As referidas Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2-Descrição dos negócios, produtos e serviços

A CIMAR é uma Companhia de propósito específico, cujo objetivo é a operação de uma planta fabril de moagem de cimento no Estado do Maranhão. A Companhia investiu R\$140 milhões e tem capacidade de produzir 530 mil toneladas/ano de cimento, 30 mil toneladas a mais que em seu projeto inicial, devido às melhorias no processo operacional. Esta planta atende ao mercado consumidor com velocidade, qualidade e custo competitivo e gera, entre outros benefícios sociais, gerando atualmente 125 empregos diretos e 61 indiretos, capacitação de mão de obra na região, além da interiorização do desenvolvimento e absorção de tecnologia. A CIMAR iniciou sua produção em 24 de novembro de 2014 e as vendas em 1º de dezembro do mesmo ano.

Para os próximos anos, a Administração tem como plano de negócio e meta dar continuidade e ampliar os objetivos alcançados, destacando as seguintes ações:

- Aumento no volume de vendas, considerando as perspectivas de crescimento do PIB nacional;
- Continuidade na busca de fornecedores que garantam melhorias constantes nos processos produtivos, refletindo em redução de custos e despesas;
- Manter a qualidade do produto alinhado ao nível de serviço que aproxima a Companhia da necessidade dos clientes, buscando aumentar ainda mais o posicionamento da marca "Cimento Bravo" na região em que atua;
- Aproveitamento das oportunidades financeiras, estando sempre atenta a instrumentos financeiros que possam trazer algum benefício à Companhia.

3-Nota sobre a auditoria externa

A CIMAR informa que a empresa de auditoria BKR – Lopes, Machado Auditores não lhe prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2022.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.
 São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife (PE), 17 de fevereiro de 2023.

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.904	45.028	Fornecedores	15	27.445	18.869
Contas a receber de clientes	7	4.493	2.222	Empréstimos e financiamentos	16	11.854	12.347
Estoque	8	4.025	21.323	Salários e encargos sociais	17	1.966	1.235
Tributos a recuperar	9	4.801	4.136	Tributos a pagar	18	2.469	2.804
Ajustamentos diversos		549	925	Outros passivos		2.854	3.225
Outros ativos		1.852	1.880			48.588	40.380
		54.623	75.389				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Partes relacionadas	10(B)	1.466	1.280	Empréstimos e financiamentos	16	32.662	42.468
Provisões		183	382	Provisão para contingências	19	37	7
Tributos a recuperar	9	639	513			32.221	42.475
Títulos e valores mobiliários	11	3.283	2.991				
Tributos diferidos	12	8.454	8.574	Patrimônio líquido	20		
		14.015	13.640	Capital social		97.618	97.618
				Reserva de lucros		145.251	137.435
Imobilizado	13	107.807	110.465	Prejuízos acumulados		(105.896)	(98.165)
Intangível	14	136	249			137.173	116.888
		121.958	124.354				
Total do Ativo		218.582	199.743	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		218.582	199.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Reculta de vendas	21	209.626	182.065
Custo de vendas	8 e 22	(152.746)	(123.240)
Lucro bruto		56.880	58.825
Despesas com vendas	22	(17.071)	(16.762)
Despesas gerais e administrativas	22	(7.117)	(8.325)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		38	94
		(24.150)	(24.993)
Resultado operacional		32.730	33.832
Receitas financeiras	23	2.872	1.413
Despesas financeiras	23	(13.207)	(16.768)
Varição cambial	23	(1.406)	(688)
Despesas financeiras líquidas		(11.741)	(16.043)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		20.989	17.789
Imposto de renda e contribuição social	24	(704)	(1.285)
Lucro líquido do exercício		20.285	16.504
Número de ações ao final do exercício - em milhares	20	3.000	3.000
Lucro líquido do exercício por ação - em reais		6.7617	5.5013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	113.618	92.035	(90.169)	115.384
Devolução de capital	(16.000)	-	-	(16.000)
Reserva de incentivo fiscal	-	24.500	(24.500)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	16.504	16.504
Saldos em 31 de dezembro de 2021	97.618	117.435	(98.165)	116.888
Reserva de incentivo fiscal	-	27.816	(27.816)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	20.285	20.285
Saldos em 31 de dezembro de 2022	97.618	145.251	(105.896)	137.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	20.989	17.789
Ajustes		
Depreciação	5.678	5.554
Baixas no imobilizado	-	9
Amortização do intangível	112	114
Juros	3.878	4.013
Amortização de financiamentos	123	155
Variáveis monetárias e cambiais	1.408	688
Incentivos fiscais	(27.816)	(24.500)
Ganho/perda da alienação de imobilizado	-	4
Provisões para descontos concedidos	(66)	203
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(24)	(12)
Baixas de títulos incorridos	68	43
Resultado do exercício - ajustado	4.348	4.060
Varição do capital circulante		
Contas a receber de clientes	(2.875)	1.086
Estoques	(22.921)	(70)
Tributos a recuperar	(722)	6.565
Outros ativos circulantes	(39)	(546)
Títulos e valores mobiliários	(292)	(88)
Fornecedores	7.890	1.36
Salários e encargos sociais	739	(941)
Tributos a pagar	27.157	23.685
Imposto de renda e contribuição social pagos	(265)	(265)
Outros passivos circulantes	382	94
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	13.403	33.716
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(3.238)	(4.439)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(3.238)	(4.439)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	10.000
Outros ativos circulantes	(9.807)	(14.135)
Juros pagos	(4.297)	(4.448)
Partes relacionadas	(185)	(24.511)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(14.289)	(33.094)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.124)	(3.817)
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	45.028	48.445
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	40.904	45.028
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.124)	(3.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais**(a) Atividades operacionais**

A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. ("Companhia") foi constituída em 8 de fevereiro de 2012 e é controlada conjuntamente pela ICA Participações S.A. e pela Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN), com participação de 50% cada uma. O parque industrial, localizado à margem esquerda do ramal da BR 135, KM 02, na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, possui uma área de 188 mil metros quadrados. A Companhia iniciou sua produção em 24 de novembro de 2014 e suas vendas em 1º de dezembro do mesmo ano.

A Companhia tem capacidade de produção de 530 mil toneladas por ano (*) de cimento, 30 mil toneladas/ano a mais que em seu projeto inicial, devido às melhorias no processo operacional. A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. visa atender a construção civil como mercado prioritário, atuando nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Amapá.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da apresentação dessas demonstrações financeiras em 17 de fevereiro de 2023.

(*) Informação não auditada.

(b) Incentivos fiscais**PROMARANHÃO**

Em decorrência do projeto de implantação da unidade industrial, a Companhia foi habilitada aos Incentivos do PROMARANHÃO, conforme parecer emitido pelas Instâncias técnicas de sua Secretaria Executiva, constante do processo nº 276/2012, conforme publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE em 25 de setembro de 2012.

As exigências legais e regulamentares dos poderes públicos foram atendidas, especialmente as do Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas do Estado Maranhão, onde a Companhia poderá celebrar Termo de Compromisso e Regime Especial com o Estado do Maranhão, pelo prazo de 15 anos, correspondente ao crédito de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do ICMS devido pela Companhia.

Sobre o incentivo fiscal PROMARANHÃO, a Companhia recolhe a taxa de contribuição para a F.E.D.I. (Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial), no valor correspondente a 5% do valor dos incentivos utilizados em cada período de apuração, conforme a Lei 10.259/15.

A renovação do benefício é realizada anualmente, mediante a comprovação dos documentos exigidos pelo Estado.

SUDENE

Por estar localizada em área incentivada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a Companhia goza de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

O período de fruição será até dezembro de 2027, desde que cumpridas as exigências legais descritas no Laudo Constitutivo.

(c) Impactos do Novo Coronavírus (Covid-19)

A Companhia manteve o foco na preservação da saúde e vida dos colaboradores, parceiros e comunidade e manutenção dos empregos, executando diversas ações para minimizar os efeitos da pandemia. Dentre elas, pode-se destacar: manutenção dos protocolos de combate à COVID-19 para garantir um ambiente de trabalho seguro para todos, disponibilizando vacinação dentro das dependências da Companhia para todos os colaboradores interessados (diretos e indiretos).

E mesmo com o cenário ainda afetado em 2022, com as variantes da Covid-19, que continuaram atingindo a economia global, causando grandes impactos nas cadeias de abastecimentos, alta inflação e exercendo forte pressão sobre os custos de produção, a Companhia registrou recorde de faturamento e EBITDA.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3 Ativos financeiros**2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, adiantamentos diversos e caixa e equivalentes de caixa.

(b) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado da Companhia, compreendem aplicações financeiras, com rentabilidade média de 100,50% do CDI, sem carência.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 5,6 dias (5,4 dias em 2021). Conforme CPC 47, as contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

De acordo com CPC 48 / IFRS 9, as Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de impairment, e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro 2022.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, a Companhia estabeleceu novas normas de concessão de limites de créditos, e vem monitorando as duplicatas vencidas e os riscos de não recebimento dos valores decorrentes das vendas a prazo e priorizando as vendas a vista.

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende cimento dos tipos CP IV-32 e CP IV-40, ensacado e granel. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente.

As mercadorias são vendidas nos seguintes canais de venda: revenda, construtora, concreiteira, consumidor industrial e governo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado pelo valor justo quando há segurança razoável de que o benefício será recebido e quando a Companhia tiver cumprido todas as condições estabelecidas para tal. Os incentivos recebidos são registrados no resultado na rubrica "Receita de vendas". Em 2022, foi registrado um incentivo fiscal de R\$27.816 (R\$24.500 em 2021).

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. Atualmente, possui saldo acumulado de R\$8.454 referentes a impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2022 (Nota Explicativa nº 12).

Visando a análise de realização desses saldos ativos, a Administração estima os resultados futuros da Companhia, como forma de verificar as expectativas de lucro para compensação do saldo desses impostos ou reduzi-los na medida em que sua realização não seja mais provável.

(b) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de créditos em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: informações cadastrais, informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (Nota Explicativa nº 7).

(c) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados do uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos (Nota Explicativa nº 2.9).

(d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base na vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria do segmento, experiências prévias e/ou contratação de empresa especializada, refletindo a vida econômica de ativos de longa duração. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados anualmente. A Companhia está em operação há 7 anos e 1 mês e, não foi identificado mudanças significativas desde a última data de balanço.

(e) Provisão para causas judiciais

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

(f) Custo de obsolescência do estoque

A Companhia não registrou custo de obsolescência do estoque porque a quantidade é suficiente para atender a demanda e não há risco pelo giro constante dos produtos acabados.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	27.445	-	-	27.445
Empréstimos e financiamentos	11.854	19.613	13.049	44.516
	39.299	19.613	13.049	71.961
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	18.869	-	-	18.869
Empréstimos e financiamentos	12.347	19.613	22.855	54.815
	31.216	19.613	22.855	73.684

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim resumido:

	2022	2021
(+) Empréstimos e financiamentos	44.516	54.815
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.904)	(45.028)
(-) Títulos e valores mobiliários	(3.283)	(2.991)
Dívida líquida	329	6.796
Total do patrimônio líquido	137.173	116.888
Total do capital	137.502	123.684
Índice de alavancagem financeira - %	0,24%	5,49%

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2022	2021
Receíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	40.904	45.028
Partes relacionadas (mútuo)	1.466	1.280
Títulos e valores mobiliários	3.283	2.991
	45.653	49.299
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	(27.445)	(18.869)
Empréstimos e financiamentos	(44.516)	(54.815)
	(71.961)	(73.684)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Recursos em banco	40.904	45.028
	40.904	45.028

Os saldos dos recursos em bancos e em caixa compreendem os depósitos em conta corrente, bem como as aplicações automáticas e de curto prazo, podendo ser resgatadas a qualquer momento. A redução do saldo da conta de 2021 para 2022 se deve, principalmente, ao pagamento antecipado de alguns fornecedores, visando desconto no valor total da dívida.

7. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes	4.536	2.292
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(43)	(70)
	4.493	2.222

O saldo a receber por data de vencimento ("aging list") está demonstrado da seguinte forma:

	2022	2021
A vencer	4.205	2.179
Saldos vencidos até 30 dias	292	91
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	14	3
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	2	-
Saldos vencidos de 91 a 120 dias	11	9
Saldos vencidos de 121 a 180 dias	12	10
	4.536	2.292

O prazo médio para recebimento é de 5,6 dias (5,4 em 2021).

A Companhia registrou as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa seguindo os critérios para o reconhecimento descritos na Nota Explicativa nº 2.4.

A movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(70)	(82)
Constituição / reversão	27	12
Em 31 de dezembro	(43)	(70)

8. Estoques

	2022	2021
Matérias-primas (*)	32.376	12.399
Produtos em elaboração	1.670	567
Produtos acabados	300	227
Almoxarifado	9.679	7.489
Materiais em trânsito	-	421
	44.025	21.103

O custo dos produtos vendidos reconhecido no resultado do exercício de 2022 totalizou R\$152.746 (R\$123.240 em 2021).

(*) A variação ocorrida nos estoques de matérias-primas refere-se, preponderantemente, a uma decisão da administração de adequar os níveis de estoque de seus insumos à realidade atual, tanto em relação à disponibilidade quanto ao preço do insumo.

9. Tributos a recuperar

	2022	2021
COFINS sobre aquisição de imobilizado	216	164
ICMS sobre aquisição de imobilizado	330	276
PIS sobre aquisição de imobilizado	47	36
PIS/COFINS a compensar (i)	3.232	2.906
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	231	8
CSLL estimativa mensal	94	-
IPI sobre aquisição de insumos	1.244	1.282
Outros	36	37
	5.430	4.709
Circulante	4.801	4.196
Não circulante	629	513

Os tributos a recuperar no ativo circulante são provenientes de rendimentos sobre aplicações financeiras e compra de insumos. As parcelas do não circulante referem-se aos tributos incidentes sobre aquisição de bens do imobilizado.

(i) Do saldo registrado em 31 de dezembro de 2022, R\$2.906 refere-se a créditos tributários decorrentes do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo trânsito em julgado ocorreu em junho de 2021.

10. Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	2022	2021
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.140	1.047
	1.140	1.047

(b) Mútuo

	2022	2021
A receber - Ativo não circulante		
Mútuo		
Cimentos da Bahia S.A.	1.411	1.242
Cimento Portland Participações S.A.	55	38
	1.466	1.280
Mútuo com prazo de vencimento indeterminado e sem a incidência de atualização monetária nem juros.		

11. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
Aplicações financeiras	3.283	2.991
	3.283	2.991

As aplicações financeiras registradas no grupo de "Títulos e valores mobiliários" se referem a conta reserva mantida junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), cujos recursos só serão disponibilizados ao término do financiamento obtido. A variação é decorrente dos rendimentos.

12. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social.

Os encargos do imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

Em 2018, o saldo foi reavaliado e a Administração decidiu realizar uma provisão para perdas sobre o imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos, no montante de R\$22.954. Em 2022, Companhia apresentou resultado positivo com base fiscal tributável e utilizou parte dos tributos diferidos a título de compensação, limitados a 30%, conforme definido em lei. Mesmo apresentando projeções positivas e com expectativa de recuperabilidade superior ao saldo apresentado no balanço, a Companhia decidiu não reverter parte da provisão constituída.

	Saldo
Em 31 de dezembro de 2021	8.674
Compensação de IR e CSLL	(220)
Em 31 de dezembro de 2022	8.454

Abaixo segue demonstrada a expectativa de recuperabilidade do saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022.

Ano	Valor
2025	438
2026	1.035
2027	1.544
2028	2.025
2029	2.501
2030	911
	8.454

Em 31 de dezembro de 2022	Terminou	Entrou em andamento	Paralisação	Rescisão e cancelamento	Mudança de natureza	Alteração	Permanência	Total em andamento em 31 de dezembro de 2022	Valor em 31 de dezembro de 2021
11. Imobilizado									
Em 31 de dezembro de 2022	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Adições	47	-	33	100	100	100	100	47	4.000
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(100)	(10.000)	(10.000)	(100)	(100)	(100)	(100)	(10.200)	(10.000)
Perda estimada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Em 31 de dezembro de 2021	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Em 31 de dezembro de 2022	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Adições	47	-	33	100	100	100	100	47	4.000
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(100)	(10.000)	(10.000)	(100)	(100)	(100)	(100)	(10.200)	(10.000)
Perda estimada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Em 31 de dezembro de 2021	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.000	10.000	23.200	20.000	100	100	100	10.000	11.000

Obras em andamento

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2022, se refere ao desenvolvimento dos projetos de construção do datacenter São Luís, do muro da fábrica, da guarita da portaria e Projeto GQ Cimarrão (que corresponde a um projeto de implantação de gerador de gás quente e, com este dispositivo, é possível reduzir a umidade da matéria prima a ser processada, o que aumenta a produtividade do processo).

14. Intangível

	Direito de uso Software	Marcas
--	-------------------------	--------

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(**) Refere-se a Provisão da Participação nos Resultados ("PPR") com base no atingimento das metas estabelecidas e aprovadas em acordo coletivo entre a Administração e o Sindicado da categoria, para pagamento até abril de 2023.

18. Tributos a pagar

	2022	2021
Tributos retidos sobre fornecedores	308	169
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.151	1.482
Imposto de renda a recolher (*)	-	315
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher (*)	-	117
Programa de integração social - PIS (**)	-	128
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (**)	-	593
	2.469	2.804

(*) A Companhia apurou saldo negativo de IRPJ e CSLL. Sendo assim, não há valor a ser provisionado em 31 de dezembro de 2022.

(**) O valor de PIS/COFINS a recolher foi deduzido do saldo credor dentro do exercício de 2022.

19. Provisão para contingências

A Companhia é suscetível a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de causas judiciais conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica "Provisão para contingências" monta:

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais		Depósitos judiciais / Provisão líquida	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cíveis	-	-	-	-	(159)	(7)
Fiscais (i)	16.146	16.145	16.090	16.090	56	55
Trabalhistas	127	127	-	-	127	127
	16.273	16.272	16.090	16.090	24	175

(i) Refere-se ao AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante), contribuição para apoio ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, do qual a Companhia era isenta. Ele é devido na entrada do porto de descarga, sendo calculado sobre o valor do frete marítimo internacional. A partir de janeiro de 2016, o Governo revogou a suspensão dessa isenção, porém a Companhia entrou com um mandado de segurança questionando a cobrança sobre a Capatiza. O pagamento do montante devedor em discussão foi feito via depósito judicial.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas identificadas pela administração como "possíveis", mediante avaliação de seus assessores legais, para quais não há provisão constituída, conforme composição estimada abaixo:

	2022	2021
Cíveis	39	33
Trabalhistas	6.893	1.501
Tributárias	-	-
	6.922	1.534

20. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia totaliza um montante de R\$97.618, dividido em 3.000.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação	2022 e 2021
ICAL Participações S.A.	50%	48.809
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (GSDN)	50%	48.809
	100%	97.618

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral.

21. Receita de vendas

	2022	2021
Vendas brutas de produtos e serviços	254.446	220.814
Tributos sobre vendas	(71.246)	(62.024)
Incentivos fiscais (i)	27.816	24.500
Contribuição a conta do F.D.I. (ii)	(1.390)	(1.225)
	209.626	182.065

(i) A Companhia possui o benefício do PROMARANHÃO, que permite a tomada de crédito de 75% de qualquer imposto pago ao Estado (Nota Explicativa nº 1(b)).

(ii) Contribuição à conta do Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial de 5% do valor dos incentivos utilizados em cada período de apuração, previsto em lei (Nota Explicativa nº 1(b)).

22. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Insumos e materiais de consumo (i)	(115.082)	(83.294)
Frete (ii)	(7.948)	(12.355)
Salários, encargos e benefícios (iii)	(18.611)	(15.808)
Depreciação e amortização	(5.792)	(5.674)
Energia elétrica (iv)	(8.479)	(7.557)
Embalagens (v)	(6.486)	(5.666)
Manutenção e conservação	(6.426)	(5.667)
Consultoria, assessoria e outros serviços	(4.661)	(4.549)
Publicidade e propaganda	(832)	(1.162)
Outros	(2.617)	(6.595)
	(176.934)	(148.327)

Custo de vendas (152.746) (123.240)
Despesas com vendas (17.071) (16.762)
Despesas gerais e administrativas (7.117) (8.325)
(176.934) (148.327)

(i) A variação se refere, basicamente, ao aumento de preço do insumo importado adquirido, que representa parte expressiva da formulação do produto comercializado pela Companhia;

(ii) Impactado, principalmente, pela diminuição de cargas "CIF";

(iii) Refere-se a reajustes salariais inerentes ao Acordo Coletivo, além de revisão de políticas de salários e benefícios visando a retenção de talentos;

(iv) Roteio do ESS (Encargos de Serviços do Sistema) entre consumidores do mercado livre, devido à crise hídrica nos primeiros meses do ano de 2022, funcionamento em horário de pico por 7 meses no ano e reajuste do contrato de energia; e

(v) O aumento se deve, sobretudo, pela majoração de preços dos fornecedores.

23. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.760	1.240
Receta com atualização de tributos	54	38
Juros recebidos	54	38
Outros	-	1
	2.872	1.413
Despesas financeiras		
Despesas financeiras (a)	(8.987)	(12.286)
Juros sobre financiamentos (b)	(2.745)	(3.296)
Juros sobre empréstimos	(1.059)	(639)
Juros sobre mútuos	-	(118)
Outros	(416)	(429)
	(13.207)	(16.768)
Resultado financeiro líquido	(10.335)	(15.355)

(a) As despesas referem-se a amortização da carta fiança referente ao financiamento concedido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") e aos descontos relacionados às ações comerciais.

(b) Referem-se aos juros incorridos sobre o financiamento do BNB, no montante de R\$2.745 (Nota Explicativa nº 16).

Variação cambial

	2022	2021
Receitas de variação cambial	2.272	1.202
Despesas de variação cambial	(3.678)	(1.890)
Resultado de variação cambial (i)	(1.406)	(688)

(i) Referem-se a variação cambial sobre pagamento de fornecedores estrangeiros para aquisição de insumos.

24. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	20.989	17.789
Adições		
Descontos indedutíveis	11.141	13.966
Doações indedutíveis	7.656	11.274
Multas de moras	49	9
Despesas indedutíveis	261	295
Provisões	3.126	2.377
Exclusões		
Incentivos fiscais - PROMARANHÃO (i)	27.816	24.500
Reversão provisão de PPR	2.077	3.085
Reversão provisão de PECLD	70	82
Reversão de outras provisões	-	209
Base de cálculo	2.167	3.899
IRPJ e CSLL correntes	(483)	(887)
IRPJ e CSLL - compensação de diferido	(221)	(398)
	(704)	(1.285)

25. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratadas as seguintes coberturas de seguros:

	Valor da cobertura
Risco operacional	126.434
Bens em poder de terceiros	2.500
	128.934

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

26. Evento subsequente

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a onerosidade ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

bradesco **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ONLINE"

1º LEILÃO: 15/05/2023 Às 15h - 2º LEILÃO: 18/05/2023 Às 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraditados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenças e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - VI. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **PARAIBANO - MA. BAIRRO LOTEAMENTO BOA ESPERANÇA**, Rua. Do Sol, nº 260, Casa. Áreas Totais. Terr. 250,00m² e constr. 70,00m². Matr. 3.170 do RI local. Obs.: Numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF) 1º Leilão: 15/05/2023, às 15h. Lance mínimo: **R\$ 150.416,46** e 2º Leilão: 18/05/2023, às 15h. Lance mínimo: **R\$ 106.612,70** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Juceesp 266 - www.milanleiloes.com.br

SINDICAPROMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS CONDUTORES EM TRANSPOTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS PRÓPRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO por seu presidente, infra-assinado no uso de suas atribuições legais CONVOCA todos os trabalhadores das empresas de Condutores em Transportes Rodoviários de Cargas Próprias do Estado do Maranhão para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2023, na sua Sede Administrativa, situada na Rua 28 de julho, nº148-A, sala-01, na Cidade de Bacabal - Maranhão, no dia 30 de abril de 2023, no turno Matutino, sendo em primeira convocação às 09h com 2/3 dos trabalhadores presentes e em 09h30min em segunda e última convocação com 2/3 dos trabalhadores presentes, para deliberarem a seguinte ordem do dia:

a) Aprovação da pauta de reivindicações para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho para data-base da categoria, com vigência no período de 01º maio de 2023 a 30 de abril de 2024, Sindicatos das empresas de Condutores em Transportes Rodoviários De Cargas Próprias Do Estado Do Maranhão, bem como, buscar mediação prevista em LEI e, instaurar em caso de Frustração, Dissídio Coletivo, na Justiça do Trabalho; caso se faça necessário autorizar a diretoria a declarar ESTADO DE GREVE E DEFLAGRAÇÃO DE GREVE GERAL nos termos da Lei 7.783 de 28 de junho de 1989, em caso de frustração das negociações da Convenção Coletiva De Trabalho. b) Autorizar a diretoria a negociar e assinarem qualquer esferaseja administrativa ou judicial

Bacabal - MA., 27 de abril de 2023

Isais Castelo Branco
Presidente / SINDICAPROMA

CAIXA **GOVERNO FEDERAL** **BRASIL** **UNIÃO E RECONSTRUÇÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3073/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3074/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 28/04/2023 até 28/05/2023, no primeiro leilão, e de 07/06/2023 até 12/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. PAULO ROBERTO WORM, Rua Príncipe, nº 81, Bairro Taboão, Rio do Sul, SC, CEP 89.160-482, Fones (47)3525-4742/3546-2855/3521-1940 e atendimento de segunda a sexta das 8h30m às 12h e das 13h30m às 18h, site: www.maxleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveis/caixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 29/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 13/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.maxleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de São João Batista
CNPJ: 35.101.369/0001-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023 - REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023. O Município de São João Batista (MA), através da Secretaria Municipal de Saúde avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor Preço global, que será regida pela Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações. Objeto: contratação de empresa para Prestação de serviços de manutenção e reforma de prédios públicos vinculados a Secretaria de Saúde do Município de São João Batista - Ma. Data e horário do início da disputa: 09h:30min do dia 16/05/2023. Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br. Poderão participar da Licitação todas as empresas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Maiores informações poderão ser obtidas no site do LICITANET e também nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de São João Batista - MA, onde poderão ser consultados gratuitamente, desde que em mídia. Dúvidas e esclarecimentos, e-mail: cpisaojoabatista@hotmail.com. São João Batista - MA, 26 de abril de 2023. José Domingos Câmara Filho - Secretário Municipal de Saúde de São João Batista - MA.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFR
SECRETARIA ADJUNTA DE PROJETOS - SEAPROJ

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFR/MA, torna público que recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA/MA, a Licença de Operação, Processo: 22090043745/2022 E-processo: 202231/2022, relativa ao Projeto de Melhoramento e Pavimentação Melhoramento e Pavimentação da Rodovia MA-119 trecho Entroncamento BR-222 (Santa Luzia) / Altamira do Maranhão, com extensão de 35,30 km.

São Luís, 27 de abril de 2023.

Atenciosamente,

ANTONIO MANOEL SILVANO NETO
Secretário Adjunto de Projeto

Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Ed. Clodomir Miller 3º andar
- Calhau - CEP: 65.051-200
SINFRA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR
EUGÊNIO BARROS - RUA 12 DE OUTUBRO, 635 - CENTRO
CNPJ Nº: 06.101.117/0001-48

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA, POR SUA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, LOCALIZADA NA AVENIDA 11 DE MARÇO, S/N - CENTRO, NESTA CIDADE DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MARANHÃO, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE NO DIA 27 DE ABRIL DE 2023, ÀS 09H00MIN, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR OBJETO, REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA DESTINADA À AQUISIÇÃO DE PNEUS, E BATERIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.520/02 E SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E SUAS ALTERAÇÕES. EDITAL E SEUS ANEXOS ESTÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO SUPRA DE 2º A 6ª FEIRA NO HORÁRIO DE 07:30 ÀS 13:30 HORAS, SITE WWW.BILL.ORG.BR, E ATRAVÉS DO E-MAIL: LICITACAO@GEB@GMAIL.COM.

Governador Eugênio Barros - MA, 14 de abril de 2023
Márcio Iria de Sousa Cortez
Pregoeiro Municipal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ Nº 06.116.461/0001-00

AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023/SRP. O Município de Anapurus/MA, com BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 036/2021, Lei nº 123/06, Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15, e Decreto Federal nº 7.892/13 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Torna público FICA ADIADO PARA as 10h00min, dia 12/05/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, eventual, Contratação de Empresa para aquisição de Suprimentos, Equipamentos e Eletrônicos de Informática, para atender as necessidades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anapurus/MA. A sessão pública será no portal http://www.licitanet.org.br. O Edital e seus anexos estão à disposição no endereço eletrônico http://www.licitanet.org.br como também por meio do portal da transparência desta prefeitura. Anapurus/MA, 26 de abril de 2023. ALMIR LIMA DA SILVA, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES - MA

Ratificação Dispensa de Licitação Nº 006/2023/DL. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL COSTA PAES À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES - MA. CONTRATADA: ZELI RODRIGUES CANTANHEIDE, CPF nº 760.879.803 - 34. VALOR MENSAL: R\$ 1.000,00 (mil reais) mensal, perfazendo o valor global de R\$ 12.000,00 para o período de 12 (doze) meses. BASE LEGAL: art. 24, X e 26 da Lei 8.666/93. RATIFICAÇÃO: 27/04/2023. Nilce Nely Oliveira Bezerra - Secretária Municipal de Educação; João Macedo da Silva - Chefe de Gabinete. Paulino Neves/MA, 27 de abril de 2023.

28-04-2023 p05 pdf

Código do documento b0bc853a-0aff-4900-b4be-ccbabdd3c37b

Anexo: 28-04-2023 p06.pdf

Anexo: 28-04-2023 p07.pdf



Assinaturas



EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109

Certificado Digital

maramaldothay@gmail.com

Assinou

Eventos do documento

22 Sep 2023, 17:40:43

Documento b0bc853a-0aff-4900-b4be-ccbabdd3c37b **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2023-09-22T17:40:43-03:00

22 Sep 2023, 17:43:38

Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email: priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2023-09-22T17:43:38-03:00

22 Sep 2023, 17:45:40

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109 **Assinou**
Email: maramaldothay@gmail.com. IP: 177.156.233.118 (177.156.233.118.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 27314).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109. - DATE_ATOM: 2023-09-22T17:45:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0b403d9853641766bf97c3191a50a8457d640dbed658be240f2841c68f674f79

(SHA512):9195f23f5f5eb5ddd80a3714b7f2b55f6e0888f7ebe648cf54321e9d986ef42fb6f1e2d13e841b351c61380bf35ebfc0cb29862285dd017d27b0cb8bb3f032a0

Hash dos documentos anexos

Nome: 28-04-2023 p06.pdf

(SHA256):d983f05cab9ce58a3068fc5d7aa2a4b7224dd778a7bc06dbb7815a653ff93da9

(SHA512):ee8b30b67c042b58d3c07eaf68af2ec94d2112d6df9dcd06213227b82afa7512ce90e62cb4a22e7bb780d912133eb55baa3493873d79fa44903193413e0723

Nome: 28-04-2023 p07.pdf

(SHA256):4edc158370038370179f35441d36db5403924208509cdf5820c69fef3d75ac97

(SHA512):16d6413c5b5146e4f6230082943c13e46c45f4fa2963ce01d29122c8484e63a093165384579a045c0ff221dc6de00e84565b479d6dfe06dbd63a845b081df1ff

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



5 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 22 de September de 2023,
17:46:39



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign